

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2013

Ata da Assembléia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS, realizada no dia 10 de julho de 2013, na sede da Casa dos Conselhos, situada à Avenida Rei Alberto I, nº 117 – Santos com a presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, o Sr. Leandro Lapetina Freire, Presidente, cumprimenta os presentes e passa a seguir para o **Item 1 – Apreciação e Deliberação da ata da Assembléia Geral Ordinária do dia 04.06.2013, Apreciação e Deliberação da ata da Assembléia Geral Ordinária do dia 21.06.2013.** Sr. Leandro justifica que a ata de 04.06.2013 será apresentada na próxima assembléia e pergunta se há algum apontamento referente à ata do dia 21.06.2013. Não havendo nenhum apontamento a ata do dia 21 foi aprovada. **Item 2 – Relato das Comissões Setoriais** – Sra. Lourdes, vice-presidente, informa que a reunião da Comissão I ocorreu no dia 03.07.2013 com a presença dos seguintes conselheiros: Maria de Lourdes B. J. Velasques, Maria Fernanda S. Cardoso, Fernando Wagner F. Chagas, Sr. Leandro Lapetina Freire, a cidadã Sra. Luci Freitas e representado a SEAS - Sra. Aparecida dos Santos Paes. Ausências Justificadas: Vânia Maria Silva Zanelatto, Adriana M. Fraga Lopes. Inicialmente a Comissão fez a observação quanto à mudança do CMAS para uma sala de seis metros quadrados na Casa de Participação Comunitária. O CMAS funcionará junto com os outros Conselhos e Comissões. O fato ocorreu a partir de 30 de junho, devido a não renovação de contrato de aluguel pela Prefeitura Municipal de Santos. A reunião ocorreu na sala dos Técnicos do CMDCA, entre duas mesas e com os profissionais do CMDCA na sala, desrespeitando o sigilo que o referido trabalho necessita ter. Passamos para a apreciação da Prestação de Contas do Recurso Estadual – FEAS - 1º SEMESTRE - Convênio SEADS-DRADS- BS e PMS nº 012/2013- FEAS, a apresentação foi feita pela Sra. Aparecida da SEAS. Mais uma vez a comissão questionou que o repasse das três primeiras parcelas só ocorreu a partir de 10/04/2013 e que a demora sempre traz dificuldades para as Entidades, pois, devem garantir o serviço por mais de três meses com recursos próprios o que acaba ocasionando dificuldades de cumprir com seus compromissos em dia. O Sr. Leandro, Presidente do CMAS lembrou que já foi oficiado ao Estado apontando a dificuldade das Entidades. Ficou de verificar se houve a resposta. Em continuidade, para a **Proteção Social Básica – Temos o valor de R\$ 228.000,00, sendo:** repasse para Entidades R\$ 158.000,00. Para a CODESO, R\$ 70.000,00 (o repasse não foi feito ainda devido não ter sido solicitado pelo serviço que tem a Lavanderia Comunitária e Padaria). A Comissão solicitou que fosse esclarecido qual o motivo da não utilização do recurso. Foi comentado também que as Entidades receberam as três primeiras parcelas sequenciais e posteriormente a 4º e 5º. Somente a ONG POIESES ainda não havia recebido a quinta parcela em virtude da demora na prestação de contas. Para a **Proteção Social Especial - o valor de R\$. 909.301,20, com** repasse para Entidades no valor de R\$. 772.801,20, repasse para o CREAS no valor de R\$ 136.500,00. As parcelas 1,2 e 3 foram depositadas no dia 09/04 e as demais após esta data. A Entidade Vó Benedita deixou de receber o recurso de R\$ 12.595,83 devido estar com a CND vencida. A Sra. Maria Fernanda fez explicações sobre as dificuldades quanto ao repasse dos recursos que geram dificuldades no cumprimento das obrigações legais. Já a Entidade Cerex desistiu do convênio e há um valor de R\$ 116.000,00 para ser reprogramado pela SEAS. Quanto a Liberdade Assistida o montante é de R\$ 102.000,00, sendo que a despesa utilizada com capacitação para o 1º semestre foi de R\$ 12.174,00, para Passes da Viação Piracicabana o valor de R\$ 16.076,40 e alimentação o valor de R\$ 3.692,02, num total de R\$ 31.942,42 para o primeiro semestre. O valor total anual é de R\$ 244.800,00. A Comissão solicita maiores informações das seguintes capacitações ocorridas: Associação

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2013

Mundo Novo – Conselho Nacional do Laicado do Brasil- supervisão/capacitação para CREAS - Valor R\$ 1.050,00 em Março/13; Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social- supervisão - capacitação Congemas - CREAS valor R\$1.800,00 - em Abril/13; Maria Angélica da Silveira –ME- supervisão/capacitação- CREAS valor 5.400,00 em Maio/13; Sociedade Brasil de Psicanálise Winnicottiana Ltda- Supervisão/Capacitação- CREAS R\$ 4.845,52 em Maio/13; A Comissão I solicita informações sobre quais foram as capacitações realizadas, e quais profissionais participaram. Recomendamos apresentar ao CMAS a seguinte documentação conforme é realizado em outros municípios da BS: Listas de Presença, Fotos, Relatório da Contratada de qual trabalho foi realizado, bem como a proposta apresentada. Em seguida o Sr Leandro apresentou resposta da SEAS ao Ofício do CMAS nº 050/13 de 6/6/13. A Comissão definiu que a solicitação do Conselho de esclarecimentos sobre os gastos com Limpeza nos equipamentos da Secretaria não foi atendida uma vez que foi apresentado contratos de prestações de serviços de anos anteriores sem discriminar os gastos efetuados com os serviços no período e devidamente instruído com os comprovantes. Sem mais assunto a tratar, a reunião foi encerrada. Sr. Leandro informa a resposta fornecida pela DRADS frente ao questionamento na morosidade de repasse das parcelas: em resposta ao ofício CMAS nº. 049/2013 informamos que a morosidade se deu em detrimento às questões burocráticas sofridas no período. Salientamos que as parcelas referentes aos meses de Janeiro a Março foram repassadas em abril e as demais estão sendo transferidas dentro do prazo previsto. Comissão II – Sra. Rejane informa que a reunião ocorreu conjuntamente com a Comissão III e que foi apreciado o Termo de Aceite ao Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Termo de Aceite para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva, já aprovados na AGO de 21.06.2013. Tomamos ciência dos seguintes documentos: 1.requerimento da Câmara Municipal, pelo vereador Hugo Dupret, com questionamentos do restaurante Bom Prato; 2. ofício resposta da instituição Albergue Noturno, as comissões solicitam esclarecimentos quanto as ações do psicólogo e quanto as adequações para o reordenamento do serviço, uma vez que o prazo previsto é janeiro de 2014; 3. denúncia do conselho tutelar frente ao atendimento do CRAS; 4. solicitação de inscrição da ONG Sem Fronteira e da Instituição ABASE, ambas estão em fase de visita técnica, aguardando o relatório para concluir. 5. solicitação de inscrição do Instituto Energia, onde foram solicitados esclarecimentos quanto à metodologia. **Item 3 – Relato das Comissões: ODM** – Não houve relatos; **CM-PETI** – Sra. Vanessa informa ter ocorrido o encontro no dia 19 que tratou sobre o trabalho infantil com a presença da secretária Rosana Russo. A discussão versou sobre as propostas a serem desenvolvidas no município quanto a diagnóstico, acompanhamento, etc. Ocorreu também a apresentação das tres instituições que possuíam convênio com a Fundação Telefônica dos dados qualitativos e quantitativos do projeto desenvolvido nesses anos; **Instância de Controle Social** – Sr. Leandro informa ter sido encaminhado listagem sobre os descumprimentos para a SEDUC para um trabalho articulado junto a SEAS identificando as crianças que estão em descumprimento, se estão de fato matriculados na escola e foi detectada várias inconsistências na listagem, provavelmente por erros de digitação no GEDAI e CADUNICO. Foi discutido a necessidade de retorno do funcionário que fazia essa revisão, de forma a minimizar a situação. Foi discutido também a necessidade de levar a reunião da instancia de controle para os territórios, aproximando mais a discussão, o que já vem se realizando. A ultima reunião ocorreu no CRAS Bom Retiro. Também foi feita a apresentação do Programa Mais Educação, onde oito escolas do município recebem recursos para atividades com

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2013

crianças e adolescentes, beneficiários do programa bolsa família. Foi apresentado o saldo reprogramado do IGD para investimento em material permanente e contratações para inauguração do novo CRAS na zona leste. Estamos retomando o projeto piloto do Rádio Clube, visto ser o bairro com maior número de descumprimento de condicionalidades e com isso estamos solicitando a SEDUC que as orientadoras participem da reunião da instância. Também foi solicitada a participação de representante da Diretoria Regional do Estado. A próxima reunião ficou marcada para dia 08/08/2013, provavelmente no bairro Rádio Clube. Sr. Leandro apresentou os dados dos programas de transferência de renda que se encontra anexa a esta ata. Sra. Pilar, assistente social, esclarece que o trabalho realizado com a pesquisa sobre a evasão escolar aponta que realmente a região da zona noroeste é onde ocorre a maior evasão. Aponta também que são famílias com reprodução de modelos, mas o principal problema que eu identifiquei no trabalho foi: quando a criança sai da 4ª para a 5ª série e ela passa do colégio municipal para o estadual, ninguém sabe se ela foi ou se ela ficou, porque não há conexão de sistema, ou seja, o estado não comunica o município e o município, uma vez que foi para o estado também se isenta disso, sendo que a educação é do município, não importa onde a criança está estudando. Precisa haver uma conexão. As crianças e adolescentes que recebem o benefício do programa bolsa família possuem comunicação devido a frequência obrigatória, mas o que não tem, não se sabe. Essa evasão, esse abandono precisa de conexão entre as políticas de saúde, educação e assistência, visto que há jovens que se evadem pela gravidez ou para tomar conta dos irmãos e aqueles que passam para a 5ª série e a idade não corresponde, ele acaba por transferir para o período noturno, se matriculando em março e abandonando em maio. Basta analisar a curva de descumprimento das condicionalidades. Informa que a pesquisa está registrada na União Européia e que a SEDUC possui esse material pois acompanhou a pesquisa. Destaca que o estado é ausente, que precisa de uma proposta, visto que até no seminário para a apresentação da pesquisa o estado não compareceu. Destaca também que a comissão precisa aproveitar esses dados que foram levantados. Sra. Luci Freitas, colaboradora, pede destaque para que não importa o partido político, não se pode deixar as informações e coisas boas que aconteceram para trás, devemos fazer uso delas. Em continuidade, Sr. Leandro passa para os demais relatos. **COMAD** – Não houve relatos; **COMAIDS** – Não houve relatos; **CEVISS** – Sra. Rejane, conselheira, informa que a comissão se reuniu dia 13/06, tendo início com a aprovação da ata da assembleia anterior. Que foi realizada avaliação do evento realizado no dia 15/05 e discutido as condições de atendimento do IML frente a reportagem publicada. Também foi discutido sobre a capacitação sobre o fluxo que será realizado com recursos do FMDCA. Também foi acordado que a SEAS será oficiada para cumprimento da NOB RH nos serviços da política de assistência, assim como o fornecimento dos dados estatísticos do CREAS; **CONDEFI** – Não houve relatos e **Fórum Permanente das Organizações Governamentais e não Governamentais que atuam junto a Pessoa em situação de rua** – Não houve relatos, não vem ocorrendo às reuniões. Sra. Lourdes, vice-presidente, pede a palavra. Informa ter causado surpresa o ocorrido no fim do mês passado quando veio o comunicado da mudança de casa pela não renovação do contrato de aluguel. Destaca ter sido uma das pessoas que participou da inauguração da Casa dos Conselhos no então mandato do prefeito Beto Mansur em junho de 2000. E treze anos depois, em junho de 2013 somos despejados. Quero ponderar as questões que levaram a esta decisão, pois precisam de esclarecimentos. Peço que a conselheira Lucilene nos ajude, mas a Normativa do CNAS de nº. 237/2006 deixa muito claro em seu artigo 20 que o órgão público pelo qual o conselho está vinculado,

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2013

142 deve prover a infraestrutura necessária para o seu funcionamento. O CMAS veio para esta
143 Casa de Participação Comunitária no dia 30/06. Estamos ocupando uma sala com 6m², com
144 todo material do conselho amontoado dentro do banheiro anexo a sala. Destaco que nesta
145 casa funcionam: CMDCA, COMAD, COMMULHER, Juventude, CMPETI, CEVISS,
146 Segurança Alimentar, e agora COMEMPREGO, CMI e CMAS. Quero manifestar nossa
147 indignação, pois consideramos uma economia burra, visto que o proprietário mantém, com
148 recursos próprios, toda a manutenção que se fez necessária durante todos esses anos.
149 Soubemos que possivelmente poderemos ocupar a garagem ou um espaço no 3º andar do
150 Banco do Brasil. Lembramos que o CMAS já funcionou na Rua Augusto Severo, 9º andar, na
151 época do secretário PIN e foi retirado daquele espaço visto o conselho precisa ter
152 autonomia. Não podemos estar subjugados a secretaria, prefeitura ou qualquer outro órgão.
153 O conselho tem que ter autonomia, para exercer sua função de controle social. A propósito,
154 se tratando de autonomia, questiono também o modo como este conselho vem sendo
155 tratado. Digo isso a propósito de reunião ocorrida na SEAS para tratar sobre a inscrição do
156 serviço do Instituto Energia. Foi solicitada uma reunião junto com o conselho para dirimir as
157 possíveis dúvidas quanto a necessidade do serviço e encontramos quatro profissionais da
158 Instituto e equipe técnica da SEAS composta por chefias de departamento, Coordenadoras,
159 chefia do CREAS, totalizando doze pessoas na sala. Pareceu-nos uma tentativa de
160 intimidação ao conselho de forma a forçar a aprovação da inscrição do serviço. Entendemos
161 que não é assim que se procede, o conselho não pode ser chamado para se explicar na
162 secretaria, e mesmo que caiba explicação, O local são as reuniões de comissão e a
163 assembleia. Proponho uma manifestação ao Sr. Prefeito, de forma que o mesmo tome
164 ciência da sequência de desrespeito que esse conselho vem sofrendo e, caso não seja
165 efetivado, encaminhamento de denúncia as instâncias superiores. Destaco que este
166 conselho vem sendo referência para vários outros conselhos da baixada santista e interior
167 (Guarujá, Cubatão, São Vicente, Salto, Suzano, entre outros) que estiveram em visita técnica
168 para discussão da política, do funcionamento do conselho e da função da secretaria
169 executiva. Como aceitar tudo o que vem ocorrendo? Qual o propósito? Desmobilizar?
170 Destaco também a necessidade do Sr. Prefeito ter ciência dos funcionários designados a
171 compor este conselho e que se encontram infrequentes. Destaco também o constrangimento
172 sofrido por este conselho na pré-conferência ocorrida na Prato de Sopa onde os funcionários
173 da SEAS apresentavam justificativas a cada proposta apresentada pelos usuários,
174 intimidando os mesmos. Sra. Luci Freitas, colaboradora, destaca a publicação ocorrida no
175 Diário Oficial do município onde o prédio do Banco do Brasil foi autuado por não apresentar
176 laudo do corpo de bombeiros. Ressalta que é para esse prédio que pretendem alojar os
177 conselhos. Acredita que o Sr. Prefeito nem saiba da situação visto ter certeza que o mesmo
178 não é mal intencionado, ocorre que o mesmo está mal assessorado. Reforça a fala da vice-
179 presidente quanto a ausência dos representantes do poder público nas reuniões. Propõe
180 também uma paralisação das atividades enquanto não houver um técnico para dar suporte
181 ao conselho e a secretaria executiva que fica sobrecarregada por exercer as duas funções.
182 Ressalta ter aprendido muito sobre a política com todos, que o conselho sempre lhe
183 forneceu material para o seu aprimoramento. Por fim destaca o apontado na Constituição
184 onde nenhum governante deve governar sozinho, devendo dividir as ações com o controle
185 social. Neste momento Sra. Eliza Montrezol, presidente do Instituto Energia, solicita a
186 palavra e relata a surpresa de como foram tratados na reunião. Esclarece que o instituto foi
187 convidado, juntamente com outra instituição a apresentar um projeto para o serviço de
188 proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias. Por avaliação

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2013

da SEAS, a proposta apresentada pelo Instituto foi a escolhida. Quero esclarecer que o Instituto possui um trabalho sério e que não procurou ninguém para apresentar projeto e sim o contrário. Destaca que a situação fica delicada quando a Instituição é colocada no meio das questões entre SEAS e CMAS. Sra. Pilar, assistente social, pede a palavra e retoma a questão da mudança de espaço do CMAS. Que também lhe causou surpresa chegar para a reunião e constatar a mudança. Surge a pergunta: após todos esses anos da política de assistência social que trabalha os direitos, o pertencimento, fomentando a participação da sociedade/ usuários no conselho, o que fazer? Em nenhum momento, pelo menos que se tenha percebido, foi perguntado a este público o que achavam da situação da renovação do contrato. As coisas precisam ser conversadas. Temos um ponto de vista, que nada mais é que a vista de um ponto. O governo está tendo outro ponto de vista, que também é a vista de outro ponto. Para que se possa olhar a mesma figura no caleidoscópio, é necessário que as pessoas digam os porquês e o que vai acontecer. O que se pensou para fechar a casa é o que nos tras consternação. Não sabemos quais foram as questões, acreditamos ser financeiras e eles por acreditarem que um único espaço possa acomodar todos. Não estamos entendendo esse arrazoamento. Destaca que para a Política de Assistência existe a obrigatoriedade do pleno funcionamento do conselho de forma a não comprometer sua gestão e consequentemente os repasses de verbas. Temos que entender nossos direitos além dos nossos deveres. Isso é um aluta, a participação cidadã é uma luta permanente e constante. Deixar de funcionar ou deixar de aprovar, não sou a favor. Me coloco a favor da manutenção do diálogo. Considero a conversa com o Sr. Prefeito importante para que ele entenda qual é o nosso papel, nosso sentimento ao ser despejado, o sentimento de enfraquecimento, que esse é o nosso ponto de vista. Certamente alguma explicação será apresentada, mas precisamos, como pessoas participantes, elegantemente mostrar nossa indignação, nosso sentimento de frustração e menos valia, o desmerecer do trabalho de todos que estão aqui e daqueles a quem nós representamos. A casa possuía um espaço consolidado, todos conheciam a referência. Do jeito que ocorreu é constrangedor. Deve-se ter o entendimento que a casa não é para três funcionários, até porque os mesmos não residem lá. A casa é para o conselho, para o controle social. Sr. Fernando, conselheiro, pede a palavra e esclarece não ter ocorrido a intenção de interferência do governo no conselho. Acredita ter sido um ponto de vista muito técnico, muito financeiro, por contenção de despesa. Que o responsável pela ação não percebeu a importância do conselho. Destaca que sempre foi, por formação, muito favorável ao diálogo. Que então se restabeleça o diálogo, se não é possível retomar a casa que se ache um outro local adequado. Sugere que antes de se chegar ao Sr. Prefeito que seja contatado o Secretário de Gestão para uma explicação e solução por meio de uma comissão. Sr. Leandro, presidente, esclarece que a situação está desgastada, que os conselheiros não vão aceitar conversar com o secretário pela sensação que se instalou como falta de respeito. A conselheira Maria Fernanda destaca que na reunião do CMDCA já foi informado que esta casa permanece até o termino do contrato que será no fim do primeiro semestre de 2014, pois também não haverá renovação de contrato. Sra. Silvana, conselheira, destaca que o conselho não pode pagar pela falta de planejamento do gestor em outras áreas, uma vez que o gasto com o aluguel já estava previsto no orçamento. Em continuidade a reunião, Sr. Leandro passa para o **Item 4 - Apreciação e Deliberação do Relatório Físico – Financeiro do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS - 1º semestre**. Sra. Bruna, chefe do monitoramento, faz a apresentação do relatório físico que se encontra anexo a esta ata. Em seguida a Sra. Aparecida, chefe da seção de convênios apresenta o relatório financeiro que se encontra

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2013

anexo a esta ata. Dirimidas todas as dúvidas após as apresentações, o relatório foi aprovado. **Item 5 – Informes do Gestor** – Não houve relatos. **Item 6 – Informes do CMAS** – Sra. Adriana, secretaria executiva, informa que a próxima reunião das comissões I, II, III ocorrerão conjuntamente no dia 31.07.2013 as 9h00 de forma a organizar o calendário e compatibilizá-lo com os demais conselhos e comissões da casa. Informa também a pedido do conselheiro deficiente auditivo, Sr. José Amado, que o mesmo encaminhou solicitação a Secretaria Defesa da Cidadania para garantia de interprete e legenda nas Conferências, tendo como resposta que o município está capacitando 5% dos funcionários na Língua de Sinais. Pede que fique registrado que sua solicitação não foi compreendida. Sr. Leandro, presidente, esclarece que na reunião da comissão ocorrida foram esclarecidas as dúvidas no tocante a inscrição do Instituto Energia e não tendo mais nada a esclarecer a solicitação de inscrição foi encaminhada a esta AGO. Solicita a representante do Instituto que faça a apresentação do serviço. Após apresentação, dirimidas todas as dúvidas, a inscrição foi aprovada. **Item 7 – Assuntos Gerais** – Não houve relatos. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pelo Presidente e eu Adriana Maria Fraga Lopes, lavrei a presente ata, a qual se apresenta assinada por mim e pelo Presidente, Sr. Leandro Lapetina Freire.

Leandro Lapetina Freire
Presidente

Adriana Maria Fraga Lopes
Secretaria Executiva